

NOME DA INSTITUIÇÃO

NOME SOBRENOME

**A ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA E A AUSÊNCIA DE POLÍTICAS SOCIAIS NA LEI
ÀUREA**

CIDADE DO ALUNO

2022

NOME DA INSTITUIÇÃO

NOME SOBRENOME

**A ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA E A AUSÊNCIA DE POLÍTICAS SOCIAIS NA LEI
ÀUREA**

Trabalho de conclusão de
curso apresentado como
requisito parcial à obtenção
do título especialista em
NOME DO CURSO

CIDADE

2022

A ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA E A AUSÊNCIA DE POLÍTICAS SOCIAIS NA LEI ÁUREA

Autor

Declaro que sou autor(a)¹ deste Trabalho de Conclusão de Curso. Declaro também que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daqueles cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, declaro, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais. (Consulte a 3ª Cláusula, § 4º, do Contrato de Prestação de Serviços).

Resumo: A abolição da escravidão, foi um dos acontecimentos mais importantes desde a Proclamação da Independência. Além disso, foi apenas após dias de debate e votações no Congresso que a Princesa Isabel acabou por assinar a Lei Áurea, decretando a liberdade dos escravos no país. A Lei Imperial nº 3.353, ou Lei Áurea teve seu projeto elaborado e apresentado, mas, tal ação não levou em conta que os ex-escravos, não possuiriam terras ou qualquer compensação além do salário previsto, sendo assim, passariam fome, frio e estariam mais sujeitos a doenças e uma infinidade de preconceitos, até que conseguissem se estabelecer. Este projeto procura analisar a abolição da escravidão, assim como a Lei Áurea e a sua relação com a ausência de políticas sociais, abordando também as consequências geradas a partir da imposição da "liberdade" sem prevenções básicas que poderiam significar sobrevivência.

Palavras Chave: Políticas. Sociais. Abolição. Escravidão.

Abstract: The abolition of slavery was one of the most important events since the Proclamation of Independence. Furthermore, it was only after days of debate and votes in Congress that Princess Isabel ended up signing the Golden Law, decreeing the freedom of slaves in the country. The Imperial Law nº 3.353, or Lei Áurea, had its project prepared and presented, but this action did not take into account that the former slaves would not have land or any compensation beyond the expected salary, thus, they would go hungry, cold and they would be more subject to disease and a multitude of prejudices, until they managed to establish themselves. This project seeks to analyze the abolition of slavery, as well as the Lei Áurea and its relationship with the absence of social policies, also addressing the consequences generated from the imposition of "freedom" without basic preventions that could mean survival.

Keywords: Policies. Social. Abolition. Slavery.

1. Introdução

A abolição da escravatura foi um tema extremamente debatido em nosso país por volta do século XIX, no entanto, ele já vinha sendo discutido desde os primeiros anos da Proclamação da República, em 1822, arrastando-se por todo período monárquico.

Já no cenário político, o primeiro assunto ligado a abolição foi a proibição do tráfico negreiro, que existia no Brasil desde o século XVI, até que a Inglaterra o pressionou por uma proibição durante a década de 1820. Tal ação acabou resultando na Lei Feijó de 1831, o primeiro momento legislativo na questão que rege a proibição na importação de escravos, promovendo multas a importadores e recompensas a delatores. Apesar disso, o Império quase nunca aplicava as consequências da nova lei, sendo assim, o tráfico negreiro se manteve, desembarcando milhares de africanos por ano no Brasil.

2. Desenvolvimento

Enfurecida, a Inglaterra cria o Bill Aberdeen em 1845, uma lei que permitia as embarcações britânicas invadir o território de águas brasileiras e apreender navios

negreiros. O risco de uma guerra entre os dois países era grande, e por isso, em 1850, aprovou-se a lei Eusébio de Queiroz, decretando a proibição permanente do tráfico de escravos, porém, a mesma permitia que os africanos escravizados após 1831 (Lei Feijó) continuassem como escravos. Ainda assim, apesar da “formalização” da proibição vê-se que mais de 6 mil africanos ainda foram escravizados de 1851 a 1856.

Com a proibição, era natural que a escravidão acabasse, vez que não havia a renovação da população escravizada. Por volta de 1860, apenas o Brasil, Porto Rico e Cuba ainda mantinham a prática no continente americano.

Sendo assim, a pauta da abolição começou a se estruturar, porém não avançava politicamente por conta da Guerra do Paraguai. Foi apenas em 1870, com o fim da guerra que os movimentos abolicionistas ganharam forças, tornando-se relevante na sociedade brasileira.

2.1 Movimentos abolicionistas

A abolição da escravatura por fim se deu a um movimento popular contra o Império, que ganhou força enquanto os grupos escravocratas tentavam barra-los. Em 1871, a abolição finalmente toma forma em campos políticos com a Lei do Ventre Livre, que objetivava o seguinte: todo nascido de escrava a partir de 1871 seria declarado livre desde que cumprisse um determinado tempo de trabalho. Suas “opções” eram trabalhar até os oito anos e retirar-se com uma pequena indenização, ou retirar-se aos 21 e sair sem nada. Apesar de complicada em diversos aspectos, essa lei foi uma das formas da resistência popular agir contra a escravidão na época.

Porém, em 1885, para atender interesses escravocratas de transição gradual (uma pequena forma de alongar o tempo de mão-de-obra gratuita), criou-se a Lei dos Sexagenários.

Entre as diversas associações abolicionistas que surgiram no Brasil depois de 1870, a maior e mais importante foi a Confederação Abolicionista, criada por André Rebouças e José do Patrocínio, que coordenou a propaganda abolicionista em escala nacional, unindo associações e destrinchando a campanha de liberdade.

Ainda em 1870, os escravos organizavam-se e rebelavam-se contra a escravidão, fugindo individual ou coletivamente. Algumas revoltas, por exemplo, acabavam até mesmo com a morte de senhores de escravos.

Aqueles que conseguiam fugir abrigavam-se em Quilombos, onde surgiu o símbolo do movimento abolicionista: uma camélia branca, uma flor cultivada para venda pelos quilombolas do Quilombo do Leblon. Sendo assim, portar uma camélia, com o passar do tempo, tornou-se um gesto político.

2.2A lei áurea

Em 1887, a situação já se mostrava insustentável para os senhores, as revoltas dos escravos espalharam-se pelo país e as autoridades não conseguiam controlá-las. Quando finalmente chegamos a 1888, parte dos grupos escravocratas passam a aderir a causa abolicionista. Uma vez aprovada pelo Senado, a proposta foi levada a regente, Princesa Isabel, para que fosse enfim decretada. Com sua aprovação, as festas duraram dias e espalharam-se por todo país com a mensagem de que enfim, a escravidão havia acabado.

2.3A ausência de políticas sociais e sua relação com a lei áurea

Depois das comemorações referentes a nova lei, podemos observar que os ex-escravos, antes com teto e comida, foram jogados ao relento. Não haviam instruções para guiá-los por essa sociedade, de certo ângulo, nova. Ainda, não haviam especificações que compreendessem, por exemplo, os ex-escravos nascidos da lei do Ventre-Livre, o que acabava por gerar conflitos e preocupações nos pais. Ou seja, estava clara a ausência de políticas que auxiliassem em uma entrada mais branda dos ex-escravos na sociedade, como ações governamentais que buscam promover melhores condições de vida.

2.3.1 A vida dos ex-escravos depois da lei áurea

A situação dos ex-escravos, os levou a buscarem melhores alternativas para viver, Walter Fraga, utilizando-se do Recôncavo Baiano, diz que estes mudavam de lugar, abandonando as fazendas nos quais foram escravizados e indo para outras fazendas ou mesmo a cidade, seja a procura de parentes há muito perdidos; ou em busca de uma melhor condição de vida, com salários melhores. Porém, tais migrações costumavam ser realizadas pelos homens mais jovens, já que estes possuíam melhores chances de cultivar uma terra com sucesso, uma vez que dispunham de disposição, diferente de idosos, mulheres ou crianças.

Mas, a migração acabou causando problemas para os proprietários de terras, já que não eram mais aceitas as condições de trabalhos impostas antes de 1888. Sendo assim, os grupos migratórios passaram a ser repreendidos e taxados de vadiagem ou vagabundagem. Devemos destacar que, apesar da lei, alguns ex-escravos eram ameaçados fisicamente para não se mudarem, ou os senhores tomavam a tutoria do filho do mesmo, forçando-os a continuar ali. Os questionamentos feitos pelos ex-escravos passaram a ser vistos como insolência ou arrogância.

Algumas características das novas jornadas de trabalhos incluíam que os pagamentos eram ser feitos diariamente ou semanalmente, assim como havia um limite de tempo por dia para as mesmas. No entanto, depois da abolição não foi realizada uma reforma agrária que pudesse auxiliar os ex-escravos em meio a sociedade, e por isso, a maioria deles não tinha acesso a terras, ou mesmo educação, para que pudessem buscar formas de melhorar suas condições financeiras. Vê-se que, com tantas dificuldades, uma parcela dos libertos decidiu voltar para o continente africano.

Medidas que visassem inserir a população escravizada na sociedade não foram implantadas, mas dentre os movimentos abolicionistas foram criados projetos que criaram uma ação para a não exclusão daquele grupo, além de apresentarem outros projetos de políticas públicas. Mas, no que rege ao empréstimo de terras do Estado, para que os escravizados pudessem usufruir de seus cultivos anulou-se, pois confrontava diretamente com os interesses dos escravocratas.

3. Conclusão

Como observado ao longo deste projeto, a ausência de implementação de políticas sociais contribuiu diretamente para marcas profundas na abolição da escravatura que continuam visíveis até os dias atuais. Vê-se que há ainda uma espécie de mentalidade colonizadora entre os brasileiros palpável em nosso cotidiano, assim como as relações de desigualdades combinadas a um falso senso de superioridade. A mentalidade escravocrata, embora desejássemos que não, continua vivendo, porém, apropriada de termos como racismo ou desigualdade social, carregados de rótulos imerecidos por aqueles que fizeram do insuportável, suportável, em busca de sobrevivência.

4. Bibliografia

ALONSO, Angela. Movimento abolicionista popular e a escravidão.

<https://escolakids.uol.com.br/historia/movimento-abolicionista-popular-e-a-escravidao.htm>. Acessado em 7 de junho de 2022

SCHWARCZ, Lilia Moritz e STARLING, Heloísa Murgel. Brasil: Uma Biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. Acessado em 7 de junho de 2022

OLIVIERI, Antonio Carlos. Lei Áurea – Princesa Isabel Sancionou a lei que pôs fim a escravidão. <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/lei-aurea-princesa-isabel-sancionou-a-lei-que-pos-fim-a-escravidao.htm#:~:text=Lei%20Áurea%20-%20Princesa%20Isabel%20sancionou%20a%20lei%20que%20pôs%20fim%20à%20escravidão&text=Em%2013%20de%20maio%20de,desumana%20de%20exploração%20do%20trabalho>. Acessado em 8 de junho de 2022.

LEI Nº 3.353 DE 13 DE MAIO DE 1888.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim3353.htm. Acessado em 8 de junho de 2022

28 de setembro de 1885 - Promulgada a Lei dos Sexagenários

[https://www.bn.gov.br/explore/curiosidades/28-setembro-1885-promulgada-lei-sexagenarios#:~:text=A%20Lei%20dos%20Sexagen%C3%A1rios%20\(LEI,de%2060%20anos%20de%20idade](https://www.bn.gov.br/explore/curiosidades/28-setembro-1885-promulgada-lei-sexagenarios#:~:text=A%20Lei%20dos%20Sexagen%C3%A1rios%20(LEI,de%2060%20anos%20de%20idade). Acessado em 9 de junho de 2022

LEI Nº 3.270, DE 28 DE SETEMBRO DE 1885.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3270.htm. Acessado em 9 de junho de 2022.

A escravidão e sua influência nas relações sociopolíticas brasileiras.

<https://direitoreal.com.br/artigos/a-escravidao-e-sua-influencia-nas-relacoes-sociopoliticas-brasileiras>. Acessado em 10 de junho de 2022

História – O destino dos negros após a abolição.

https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2673%3Acatid%3D28. Acessado em 10 de junho de 2022

Abolição da escravatura.

<https://mundoeducacao.uol.com.br/historiageral/abolicao-escravatura.htm>. Acessado em 10 de junho de 2022

NABUCO, Joaquim. XV – Influências sociais e políticas da escravidão.

<https://books.scielo.org/id/cs454/pdf/nabuco-9788579820700-16.pdf>

Acessado em 10 de junho de 2022